Análise de obras de Paulo Freire no exílio: influência dos pensamentos anticolonial e marxista nas críticas tecidas à educação tecnocrática da ditadura militar.

Palavras-Chave: Paulo Freire, ditadura, anticolonial

Autores/as:
Luana Leite Bacci [Universidade Estadual de Campinas]
Prof./ª Dr./ª Fabiana de Cássia Rodrigues (orientador/a) [Universidade Estadual de Campinas]

INTRODUÇÃO:

Este trabalho apresenta uma análise das obras produzidas por Paulo Freire no período em que esteve exilado do Brasil (1964-1980), buscando entender como o pensamento marxista e anticolonial e os contextos histórico-culturais de luta em que o autor esteve envolvido influenciaram essas obras e as críticas feitas pelo autor à ditadura militar brasileira e sua educação tecnocrática. A pesquisa tem como foco o período em que Freire esteve no Chile, onde participou do processo de reforma agrária e da construção da educação popular campesina e onde escreveu as obras *Pedagogia do Oprimido e Extensão ou comunicação*; e o período em que esteve em países africanos como Guiné-Bissau e Angola, participando da construção do sistema de educação popular após lutas pela independência desses países, período no qual escreveu *Cartas à Guiné-Bissau.*

O projeto teve como intuito relacionar as influências do pensamento marxista e anticolonial nas obras de Freire - trazendo para a análise autores tais como Marx e Frantz Fanon – às críticas que o autor teceu à ditadura militar que ocorria no Brasil.

METODOLOGIA:

O desenvolvimento deste trabalho se deu por meio do mapeamento e revisão bibliográfica de obras que relacionam a produção teórica de Paulo Freire no exílio e referências que auxiliem na análise da política econômica, social e educacional da ditadura empresarial militar que ocorreu no mesmo período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Ianni (1981) explica que no período ditatorial o Estado brasileiro passou a usar o planejamento como forma de fortalecer a acumulação privada de capital. Seguindo a ideia de planejamento e técnica, o Estado adota frente à educação a Teoria do Capital Humano como base para a formulação das políticas educacionais do período, tal teoria serviu como legitimação da acumulação e concentração de renda do capital monopolista.

Frigotto (1984) descreve esta teoria como aquela que coloca a educação como fator de superação do atraso econômico de toda a nação, ideia que justificou a intervenção dos EUA em diversos países latino-americanos; e do ponto de vista microeconômico, justifica as desigualdades sociais, atribuindo a culpa das mesmas aos próprios indivíduos. O autor defende que "estabelece-se [...] um tipo de vínculo entre o movimento geral de acumulação do capital e educação. " (FRIGOTTO, 1984, p.98) e que a educação passa a ser vista como um fator econômico dentro de tal teoria.

Segundo ele, a Teoria do Capital Humano surge justamente na fase de passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo oligopolista que exigia um Estado não mais alheio ao mercado, mas intervencionista, que gerisse as crises do próprio sistema capitalista. Assim, passa pelo Estado as funções econômicas, sociais e também ideológicas: o desenvolvimento econômico passa a ser colocado como algo dependente exclusivamente da inovação educacional, que só poderia ser alcançada através da técnica e do planejamento, mascarando então o imperialismo e as relações de dependência econômica entre países.

Frigotto defende, então, que a análise da escola dentro do sistema capitalista deve ser direcionada ao tipo de mediação que esta instituição faz em determinado tempo histórico com a produção capitalista (FRIGOTTO, 1984). Ele conclui que o papel da escola neste contexto histórico é o de produzir condições e conhecimentos gerais que se articulem com o sistema de produção capitalista. Para o autor, tanto o trabalho diretamente produtivo, quanto o trabalho "improdutivo" são importantes para a continuidade do sistema capitalista, sendo a união de ambos "um trabalho coletivo".

Neste sentido, Freitag (1986), abordando as reformas educacionais da época, mostra que o objetivo principal da ampliação da escolarização instituída pela Lei 5.962/71, não era aumentar a democratização da escola, mas sim, "pinçar de dentro do sistema educacional aqueles que ocupariam postos mais altos no mercado de trabalho e de reter aqueles que formariam um exército de reserva". Segundo Cunha (1975), o Estado se viu na necessidade de criar "mecanismos de contenção" no ensino básico para que nem todos que desejavam realmente chegassem ao ensino superior. Além disso, a escola pública não propiciava o ensino dos conteúdos necessários para a entrada no ensino superior. Assim, os e as estudantes das camadas médias e altas, que estudavam em escolas particulares, eram quem tinha acesso ao ensino propedêutico que propiciava a entrada na universidade.

A partir desta síntese e das leituras e sistematizações em fichamentos das obras de Freire, iniciei o movimento de identificar a maneira como a Pedagogia do Oprimido (1967) inspirou críticas à política educacional adotada no Brasil, enquanto foi formulada e recepcionada no Chile de maneira qualitativamente distinta.

Em *Pedagogia do Oprimido (1967),* Freire defende que a educação bancária, que deposita conteúdo nos educandos como se estes fossem páginas em branco, serve aos interesses dos opressores, pois uma educação como esta não propõe a criticidade dos educandos, muito pelo contrário, ela propõe

justamente o apassivamento e adaptação deles à realidade imposta pela classe dominante. Tal prática bancária da educação funciona no sentido de manter os educandos imersos na realidade, com uma visão fatalista dela, como se as condições materiais dadas fossem as únicas possíveis. Uma pedagogia crítica e problematizadora, pelo contrário, não pode, segundo o autor, estender aos educandos os conteúdos a serem aprendidos como se os sujeitos fossem vazios. Freire defende que uma educação verdadeiramente problematizadora deve pautar-se sempre pelo diálogo, pela comunicação e nunca pela extensão dos conteúdos do educador aos educandos. Nessa perspectiva, educador e educando se tornam ambos sujeitos do processo de aprendizagem, Freire denomina os sujeitos dessa prática como "educador-educando" e "educando-educador", pois ambos, em um processo dialético e mediatizados pelo mundo, se educam.

Assim, no contexto da ditadura empresarial militar, *Pedagogia do Oprimido* foi lida e entendida como uma crítica à educação dos governos militares. A educação bancária a que Freire se referia foi interpretada como a educação proposta e formulada por tais governos, que implementavam uma educação tecnicista, acrítica e alienante. Em ambos contextos, a leitura do que ele chamou de educação bancária dizia respeito à educação que servia ao capital, porém ela se dava de formas diferentes no Brasil e no Chile.

Cunha (1981), ao falar sobre seu livro *Educação e Sociedade*, relata que uma de suas maiores fontes para a crítica que teceu à educação no período da ditadura militar foi a leitura do livro Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, segundo ele

> O livro mais importante foi, sem dúvida, Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. Sua crítica à "educação bancária", facilmente associável a que se desenvolve na escola, e na sua defesa de uma educação problematizadora, [...] encaixava-se perfeitamente com a divisão que tanto fazíamos na política. (CUNHA, 1981, p.125)

O autor afirma que as ideias de Freire lhe permitiram unir a crítica que autores anarquistas faziam da escola à crítica que marxistas faziam à "teoria do capital humano".

Freire permaneceu no exílio no Chile de 1965 até 1969, nesse período participou ativamente das lutas pela reforma agrária no país, junto aos camponeses e atuando em órgãos governamentais, tais como o INDAP e o ICIRA. Foi neste contexto histórico que o autor escreveu as obras *Pedagogia do Oprimido* e *Extensão ou Comunicação.*

Pedagogia do Oprimido é, segundo VASCONCELOS (2020), uma obra que está ancorada no contexto social, histórico e político de todas as transformações que ocorriam no Chile naquele período, "A *Pedagogia do Oprimido* é um livro sobre a reforma agrária chilena [...]" (VASCONCELOS, 2020, p.88). A obra de autoria de Freire foi fundamental para pensar a educação dos camponeses chilenos

conectada a um projeto revolucionário voltado à educação que tornasse esses sujeitos, que aprendiam a ler, em artífices da reforma agrária naquele país. (VASCONCELOS, 2020)

Depois do exílio no Chile, Paulo Freire vai para os EUA e Europa onde entra em contato com movimentos sociais que traziam em seu seio as contradições da sociedade capitalista como, por exemplo, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, os protestos de maio de 1968, na França, e os protestos contra a Guerra do Vietnã. Segundo Beiseigel (2010), o contato com esses movimentos levou Freire a tomar uma posição mais radical, tomando a luta de classes como um problema central e levando-a para suas análises das questões educacionais a partir da concepção das relações pedagógicas como "interação entre dominantes e dominados" (BEISEIGEL, 2010, p.83). Ainda segundo Beiseigel (2010) essa posição mais radical de pensar o mundo aparece com clareza nas obras O Papel educativo das Igrejas na América Latina e Carta à Guiné-Bissau.

Paulo Freire escreve *Cartas à Guiné-Bissau* relatando a experiência que ele e Elza tiveram ao contribuir com o processo de alfabetização e pós-alfabetização no processo de reconstrução nacional da Guiné-Bissau após a luta de independência que teve como um de seus líderes Amílcar Cabral. Inspirado pelo pensamento de Frantz Fanon, o autor discute como a educação colonial herdada não poderia contribuir em nada para a reconstrução de um país recém independente já que para esse tipo de educação, "um dos principais objetivos era a "desafricanização" dos nacionais [...]" (FREIRE, 1978, p.15) e a inculcação da ideologia colonial dominante nas crianças e jovens, ideologia essa discutida por Fanon em *Os Condenados da Terra* (1961). A escola e educação do colonizador, segundo Freire, negava história, a cultura, os saberes, a língua e tudo que fosse "representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais [...]" (FREIRE, 1978, p.15), assim uma educação revolucionária, construída pelo e com o povo só poderia ser realmente inovadora e emancipadora se buscasse o processo de "[...] "descolonização [...] processo que se alonga no que Amílcar Cabral chamava de "reafricanização das mentalidades."." (FREIRE, 1978, p.16).

Fanon, importante interlocutor de Freire nesse período, discutiu em suas obras e vida o impacto da colonização nas subjetividades de pessoas negras. Segundo Faustino (2018), Frantz Fanon elaborou em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado inicialmente como "Ensaio sobre a desalienação do nergo" - que seria publicado posteriormente com o título de "Pele negra, máscaras brancas" -, a produção acerca dos impactos sóciopsíquicos do colonialismo na subjetividade das pessoas negras. Faustino (2018) aponta que, "A resposta à pergunta que ele mesmo se faz: "O que quer o homem negro?" deixa transparecer um humanismo radical que transita entre elementos da fenomenologia existencial, do marxismo e da psicanálise [...]" (FAUSTINO, 2018, p.55), assim Freire encontra em Fanon um interlocutor potente para pensar como a herança colonial afetava a educação dos países recém

independentes e não poderia ajudar na construção de um projeto anticolonial e emancipador da população nacional.

Frantz Fanon discute em *Pele negra, máscaras brancas* como a cultura do colonizador se impunha de forma universalizante, obrigando os colonizados a assumirem uma cultura que não a sua e renegarem tudo que vem de sua própria cultura para serem considerados humanos (FAUSTINO, 2018). Freire se baseia nessas ideias para junto ao povo da Guiné-Bissau pensar um projeto de educação anticolonial e que viesse do povo para o povo, o autor dialogou com a posterior obra de Fanon *Os condenados da terra* para pensar a relação da herança colonial e seus impactos na reconstrução nacional.

CONCLUSÕES:

O desenvolvimento da pesquisa aponta para uma mudança na forma de Freire ao analisar e conceber as relações sociais e culturais após ser exilado do Brasil. O autor passa a tomar a luta de classes como um dos pontos centrais para suas obras ao discutir a educação e a construção de uma educação realmente emancipadora, fato constatado na leitura e análise das obras *Pedagogia do Oprimido* e *Extensão ou Comunicação.* Através do contato com as lutas anticoloniais em Angola e Guiné-Bissau, o autor também passa a olhar para a relação entre a colonização e as subjetividades dos colonizados e as interferências das subjetividades impactadas e atravessadas pela ideologia hegemônica do colonizador na construção de uma educação popular, crítica e emancipadora. A virada na forma de conceber o mundo pela qual passou também impactou seus leitores brasileiros à época que viam suas obras como crítica direta à educação tecnocrática da ditadura militar.

BIBLIOGRAFIA

BEISEIGEL, Celso R. *Paulo Freire*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massanga, 2010.

CUNHA, Luiz A. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil.* Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

CUNHA, Luiz A. *Sobre educação e desenvolvimento social no Brasil: crítica da crítica e autocrítica*. In:0 *Educ. Soc.*, Campinas: CEDES, n. 10, 1981, p. 125.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTINO, Deivison M. *Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro.* São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado & Sociedade.* 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista.* São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

VASCONCELOS, Joana S. *"O lápis é mais pesado que a enxada": reforma agrária no Chile e pedagogias camponesas para a transformação econômica (1955-1973).* São Paulo, 2020.